

Quanto custa a universidade na Europa, e quanto ajuda o Estado

Quanto dinheiro custam os estudos a um universitário europeu? Um relatório da Eurydice, uma agência da UE que se dedica ao estudo das políticas educativas, analisa o gasto privado no ensino universitário de cada país, assim como os diferentes critérios para conceder ajudas públicas.

Quanto ao preço da matrícula, observa-se uma divisão geográfica. Nos países escandinavos, juntamente com Escócia e Grécia, todos os alunos estão isentos de propinas. No centro da Europa (Alemanha, Áustria, República Checa, Eslováquia) só pagam os estudantes que não cumpram uma série de exigências académicas, por exemplo, quem não terminou o curso num determinado intervalo de tempo. Na Estónia, uma reforma legislativa que entrou em vigor no ano letivo 2013/14 permite às universidades cobrar propinas aos estudantes estonianos que não consigam pelo menos 30 créditos por semestre.

Nalguns poucos Estados, estudam gratuitamente os que o fazem a tempo inteiro, mas não os que conciliam a frequência universitária com um trabalho. Já em França, Itália, Espanha, Bélgica, Holanda e Reino Unido, entre outros, todos pagam alguma coisa.

O preço depende muito de cada país. Só no Reino Unido, o custo médio ultrapassa os 5000 euros por estudante e ano. Em 2010, o parlamento de maioria conservadora aprovou uma [reforma](#) para subir até 9000 libras (mais de 12 300 euros) o limite máximo das propinas que as universidades podem cobrar (cobram-no mais de metade delas). Num segundo grupo, com propinas entre 1000 e 5000 euros, situam-se alguns países onde a maioria dos estudantes paga do seu bolso uma parte (Espanha, Portugal, Holanda, Lituânia), mas também outros onde muito poucos o fazem (Hungria ou Letónia). O montante é inferior a 1000 euros em França e quase todo o leste europeu.

O relatório também analisa as ajudas públicas concedidas aos universitários: tanto o seu montante médio, como os requisitos estabelecidos para aceder a ele e a percentagem de universitários beneficiados. As prestações dividem-se consoante as receba diretamente o estudante (bolsas,

empréstimos) ou a sua família (desagravamentos fiscais ou prestações), e consoante o critério seguido para as conceder: necessidade económica ou mérito.

Entre os países que cobram aos universitários mais de 1000 euros, a grande maioria das bolsas é concedida em função das possibilidades económicas do estudam-te. Pelo contrário, onde as propinas são baixas ou insignificantes, também o mérito académico é um motivo muito frequente.

Na maior parte do continente, os estudantes que beneficiam de uma bolsa oscilam entre 10 % e 50 %. Só constituem mais de metade nos países escandinavos (onde os estudos são completamente subsidiados, mas os Estados financiam, além disso, parte da habitação e a manutenção para a grande maioria dos alunos), e Reino Unido (55 % têm bolsas de estudo).

O costume dos universitários pedirem um empréstimo para os seus estudos está institucionalizado em vários países europeus, onde existe um sistema nacional (além dos bancos privados) que fixa os montantes e os juros. É o que acontece sobretudo no norte do continente, embora também em parte do centro europeu (Alemanha, Eslováquia ou Hungria). Pelo contrário, não é frequente no sul da Europa, com exceção da Grécia e Turquia.

Mais generalizados são os subsídios indiretos (não ao estudante, mas à sua família), na forma de vantagens fiscais ou pagamentos. As primeiras existem das repúblicas bálticas à Itália ou Irlanda, enquanto a outra fórmula é comum sobretudo no centro da Europa.

Se se comparar, por exemplo, a Espanha com os países do seu contexto geográfico e cultural, observa-se que os preços das propinas são similares aos de Itália ou Portugal, mas significativamente superiores aos de França (com exceção dos das *grandes écoles*, as instituições de maior prestígio e minoritárias). Todavia, nos estudos de mestrado, a Espanha é o país de longe mais caro dos quatro referidos.

Quanto às bolsas, a percentagem de alunos que beneficiam com elas é muito menor em Itália e Portugal, e um pouco maior em França. O valor médio da bolsa é mais baixo em Espanha do que em Itália e mais elevado do que em França. Tanto em França como em Portugal existem ajudas às famílias. Em Espanha e Itália, não.

O relatório traça um panorama do ensino universitário europeu onde se observam diferentes modelos (ver tabela): desde o nórdico (onde todos os gastos são por conta do Estado), passando pelo alemão (parecido quanto às propinas, mas com um sistema de ajudas extras muito mais seletivo), o inglês (com matrículas muito caras, mas também com um programa de empréstimos muito desenvolvido e relativamente acessível) ou o italiano (preços médios e bolsas generosas mas muito seletivas).

Alguns dados publicados na “Aceprensa”:

	Suecia	Alemania	Reino Unido	Italia	España
Precio medio de la matrícula (euros por año)	0	50	12.000	1.220	1.110
% de alumnos becados e importe medio (euros)	75%	25% / 5.376	58%	8% / 3.238	30% / 2.500
Criterio para conceder becas (necesidad / mérito)	necesidad	necesidad y mérito	necesidad	necesidad	necesidad
Ayudas indirectas (deducciones o pagas)	no	deducciones y pagas	no	deducciones	no

As interpretações históricas não podem anular a liberdade de expressão

A Grande Câmara do Tribunal Europeu de Direitos Humanos [sentenciou](#) que a Suíça se excedeu ao julgar e condenar um cidadão turco, Dogu Perinçek, o qual, em conferências realizadas em várias cidades suíças, negou que tivesse existido um genocídio perpetrado pelo governo turco contra os arménios em 1915. Segundo o tribunal de Estrasburgo, tal condenação violou o direito à liberdade de expressão previsto pelo artigo 10 da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Os acontecimentos remontam a 2005. A associação armino-suíça denunciou Perinçek a um tribunal local em Lausanne. Em 2007, este tribunal declarou-o culpado, determinando que as suas palavras “parecem basear-se em atitudes racistas” e que “não contribuem para o debate histórico”. Foi-lhe imposta uma multa de 13 000 francos suíços, juntamente com sanções administrativas. Os recursos de Perinçek para outros tribunais suíços foram indeferidos, pelo que decidiu recorrer ao TEDH.

Em 2013, a Câmara (a primeira instância dentro do TEDH) votara – cinco juízes contra dois – que a Suíça tinha violado a liberdade de expressão de Perinçek. Como o governo suíço recorreu do veredito, o caso passou para a Grande Câmara, que agora ratificou a opinião da instância inferior, por dez votos contra sete.

A sentença salienta que “a investigação histórica é por definição aberta à discussão”, e que “não conduz necessariamente a verdades absolutas”. Esta ideia foi expressa nos últimos anos por vários historiadores, receosos com a politização da história que frequentemente se esconde

por detrás de algumas leis memorialísticas que se têm vindo a aprovar em diversos países ([“Aceprensa”, 30.12.2011](#)).

Também a ONU se pronunciou sobre este tema. Num [comentário](#) ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o Comité de Direitos Humanos explicou que este documento “não autoriza as proibições penais da expressão de opiniões erradas ou interpretações incorretas de acontecimentos passados”.

Os dez juízes que subscrevem a posição maioritária na sentença defendem que as palavras de Perinçek “não constituem um apelo ao ódio ou à intolerância” contra os arménios. Portanto, “não se pode dizer que os seus comentários sejam tão lesivos para a dignidade dos arménios de modo a justificar a exigência de um processo criminal”.

A explicação dada pelos juízes é especialmente significativa num momento em que recorrer à teoria do “discurso do ódio” para justificar diversas formas de censura (sempre aplicada contra o politicamente correto) é cada vez mais frequente.

Embora muitas destas polémicas não cheguem aos tribunais – e ainda menos se traduzam numa condenação –, a verdade é que invocar a suposta homofobia ou o racismo de certas declarações para tentar silenciá-las se converteu em algo habitual.

F.R.-B.

Nascer menina na Coreia do Sul já não é problema

Muito antes da China ter suprimido a política do filho único em outubro do ano passado, a Coreia do Sul havia comprovado já as consequências negativas de impor o controlo da população. A reação das autoridades permitiu travar o envelhecimento e combater a desproporção entre os nascimentos de meninos e de meninas, comuns a mais países asiáticos.

Durante a ditadura militar, as autoridades de saúde obrigavam a ter no máximo dois filhos nos anos 70 e mesmo menos de dois nos anos 80. “Dois são demasiado”, sentenciava o lema governamental, e incentivava-se a demonstrar “o amor pelo país com a contraceção”, em troca de sacos de farinha ou de isenções no serviço militar. Mas, em 1990, o governo apercebeu-se de que as promessas de um nível de vida mais alto e de um ensino de qualidade já não dependiam de ter poucos filhos, mas absolutamente do contrário.

Agora, os incentivos acompanham a chegada dos filhos: são dados prémios em dinheiro de 177 dólares por mês durante os primeiros cinco anos do bebé; entrega-se comida e roupa

infantil, e até se organizam aulas de cuidados para os pais e festas populares para festejar os nascimentos.

Além de constatar os efeitos do envelhecimento para o futuro econômico e social do país, na viragem que Seul fez, teve influência sem dúvida a chegada da democracia num dos momentos críticos de disparidade entre nascimentos de homens e mulheres. Em 1990, o rácio alcançava 116,5 meninos por cada 100 meninas. O Governo proibiu então a deteção do sexo durante a gravidez, uma das principais causas de abortos seletivos de meninas.

Outro elemento que influiu na recuperação foi o movimento feminista que se estendia à medida que se abria a liberdade. “Demasiadas vezes me pediram medicamentos para conceber um menino”, salientava ao [“The Wall Street Journal”](#) (26.11.2015), Koeun Kwang-soon, uma médica que acabou se convertendo em impulsionadora de medidas de igualdade, na altura originais para a mentalidade oriental, como a campanha para permitir que as famílias pudessem usar o apelido da mãe em vez do correspondente do pai.

A este primeiro passo “bastante simbólico”, comentava Kwang-soon, seguiu-se outro para abolir a prática tradicional do Hojuje, pela qual o pai é sempre considerado o chefe legal da família. Depois de uma longa batalha, o Tribunal Constitucional decidiu em 2005 que o Hojuje violava a igualdade dos cidadãos e que não era necessário levar o nome do pai. “Já ninguém chora quando o bebê que nasce é uma menina”, explicava um ginecologista com anos de experiência.

A partir desse momento, pela via da igualdade, foi conseguido que as mulheres pudessem ser continuadoras da linha familiar e desapareceu a necessidade imperiosa de ter um filho do sexo masculino, comum ao pensamento confuciano generalizado na Ásia. Assim, no ano de 2010, o rácio homem-mulher situava-se nos 105, que é o natural.

A viragem efetuada pela Coreia do Sul poderia ser uma referência para países como a China e a Índia, mas só em parte, pois as dimensões do problema são aí muito maiores. Um estudo feito pela Population Council, organização com sede em Nova Iorque, assegura que, em 2010, faltavam no mundo 126 milhões de mulheres, metade em consequência do aborto seletivo por sexo.

Por zonas, a Ásia concentra o maior número (112 milhões) de “mulheres perdidas”, como se denomina este fenómeno. A investigação explica que os efeitos do desfasamento de géneros mal se começaram a notar, quando avançaram para planos de casamento as primeiras gerações afetadas pelo desequilíbrio nos nascimentos associado ao aborto seletivo por sexo. Mas calcula-se que a falta de mulheres impedirá que venham a casar entre 15 % e 20 % dos homens de ambos os países em meados do século.

Tanto a China como a Índia começaram a aplicar medidas para reverter a tendência. No ano 2000, o governo chinês arrancou com uma campanha para facilitar o nascimento de meninas oferecendo incentivos em dinheiro, a que se juntou o

endurecimento da regulamentação para acabar com o feticídio feminino, especialmente na segunda gravidez. A recente alteração de [acabar com a política do filho único](#), em vigor desde 1979, para permitir um segundo filho, também vai ajudar a que as meninas sejam melhor acolhidas.

M.A.B.

“Vencer a qualquer preço”

“The program”

Realized: Stephen Frears

Atores: Ben Foster; Dustin Hoffman

Duração: 123 min.

Ano: 2015

A história de Lance Armstrong é conhecida: um ciclista americano que depois de recuperar de um cancro no testículo, vence 7 vezes a “Volta a França” em bicicleta, uma das provas desportivas mais duras do mundo. Com a fama que alcança, cria uma Fundação para apoiar doentes com cancro. A sua vida torna-se uma fonte de inspiração para milhares de pessoas. De repente, depois de muitas investigações, descobre-se que ele sempre vencera graças ao *doping*. A construção do ídolo baseara-se numa fraude...

O filme segue uma narrativa linear: a luta por sobreviver à doença, a ambição por vencer e, acima de tudo, a sua maneira de não olhar a qualquer meio para triunfar. Vai recorrer a um médico que desenvolvera um “programa de *doping*” e usa-o para si e toda a equipa. Não hesita em usar os outros para o seu próprio sucesso. Trai os amigos e mente com todo o descaramento. Desafia os opositores com ferocidade. Nada o faz parar... Como o próprio Armstrong afirma na célebre entrevista a Oprah Winfrey, “nós somos os autores das nossas próprias vidas”. De facto, o desenlace final só acontecerá, quando um dos ciclistas da equipa resolve reconhecer a vigarice e começa a escrever uma nova página da sua vida sem erros...

Tópicos de análise:

1. A ambição desmedida destrói o caráter da pessoa.
2. A deslealdade para com os colegas leva à desconfiança e à desunião.
3. A mentira pode enganar, mas a verdade atrai os outros a desvendá-la.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

